

DOSSIÊ

AS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL: ENTRE CONTEXTOS, COMEMORAÇÕES E REFLEXÕES

ENTREVISTA COM O PROF. DR. JOÃO PAULO PIMENTA (USP)*

João Paulo Garrido Pimenta é professor livre-docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) desde 2004. Foi professor visitante do Colégio de México (2008, 2016, 2017 e 2018), da Universitat Jaume I, Espanha (2010), da PUC-Chile (2013), da Universidad Andina Simón Bolívar, Equador (2015, 2016, 2018 e 2019) e da Universidad de la Republica, Uruguai (2015). É Vice coordenador do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LAB-Mundi/USP), vinculado à Global History Network, da Harvard University, e pesquisador do grupo Iberconceptos III, ligado à Universidad del País Vasco. É autor, entre outras publicações, de *Independência do Brasil* (São Paulo: Contexto, 2022. v. 1. 160p.); *O Livro do Tempo: uma história social* (São Paulo: Almedina Brasil; Edições 70, 2021. v. 1. 538p.); *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana, 1808-1822* (São Paulo: Hucitec, 2015. 492p.); *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata, 1808-1828* (São Paulo: Hucitec, 2002. 266p.); e, com a profa. Dra. Andréa Slemian, *O “nascimento político” do Brasil: as origens do Estado e da nação, 1808-1825* (Rio de Janeiro: DP&A, 2003. v. 1. 135p.). Organizou a coletânea *E deixou de ser colônia: uma história da independência do Brasil* (São Paulo: Edições 70, 2022. v. 1. 422p.) e, com a profa. Dra. Cecília Helena de Salles Oliveira, organizou o *Dicionário da Independência do Brasil: história, memória e historiografia* (São Paulo: Edusp/Publicações BBM, 2022. v. 1. 1040p.), que reúne a participação de mais de 200 pesquisadores de diversas instituições brasileiras e estrangeiras. Publicou, no início dos anos 2000, juntamente com o prof. Dr. István Jancsó, o artigo *Peças de um mosaico* (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira), que abriu novos caminhos para as investigações sobre a Independência do Brasil e a formação do Estado nacional. Foi Diretor do Departamento de História da FFLCH-USP entre os anos de 2018 e 2020.

* Entrevista realizada, em novembro de 2022, por Maria Aparecida Silva de Sousa, Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e por Nora de Cássia Gomes de Oliveira, Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Professor, a despeito do tema da Independência ter sido sempre revisitado, pelo menos desde os anos 1920, a partir da comemoração do centenário, nas últimas décadas temos visto uma renovação nos estudos fundamentados em novas concepções sobre a fundação do Estado e da nação brasileiros. Como avalia essa nova produção historiográfica e no que ela tem propiciado avançar na compreensão sobre o passado e o presente do Brasil? É possível falar em uma tendência historiográfica sobre a temática para os próximos anos?

JPP: A compreensão da Independência como processo articulado à fundação do Estado e da nação brasileiros é, sem dúvida, uma tendência historiográfica relativamente recente, que remonta às duas ou três últimas décadas, embora finque algumas de suas raízes em elaborações ainda mais antigas. No meu entender, tal tendência inovou menos em objetos e mais em ênfases e abordagens: reforçou a necessidade de se compreender a separação política entre Brasil e Portugal por meio de dinâmicas identitárias e de sua articulação a conjunturas (políticas, econômicas, intelectuais) que vão além do Brasil e do Império Português; também reforçou certos aspectos da temática clássica das heranças coloniais na formação do “Brasil contemporâneo” – e que ela preferiu chamar, por simples coerência terminológica, de “Brasil nacional”. Ao fazê-lo, porém, tal tendência historiográfica enfrentou mitos de origem até então arraigados na historiografia e desnaturalizou comparações e contrastes entre a História do Brasil e de outras partes do mundo. Trata-se, sem dúvida, de uma tendência ainda forte na historiografia, seja como modelo direto a ser seguido, seja como manancial de referências e inspirações indiretas a estimular estudos bastante variados. Mas não devemos a ela reduzir os movimentos tendenciais de interpretação da Independência que, atualmente, e em futuro próximo, estão e estarão atuantes na historiografia. Eu apontaria, junto à persistência de interpretações pautadas ou relacionadas à fundação do Estado e da nação, as imperiosas diversificações espaciais do processo, inclusive as regionais (também desde há muito valorizadas pela historiografia da Independência) e mundiais; sua compreensão do ponto de vista de agendas e agências sociais diversificadas nele envolvidas; e a multiplicação e articulação das muitas dimensões (novamente políticas, econômicas e intelectuais, mas também institucionais, jurídicas, discursivo-conceituais, raciais, cotidianas) da Independência, e que permitem considerá-la, sob diversos pontos de vista, como aquilo que nossos velhos mestres dos *Annales* chamariam de um fato social total. Sem esquecer, claro, dos estudos a respeito das conexões entre história, historiografia e memória da Independência, conexões estas parcialmente ressignificadas pelo Bicentenário.

O texto “Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da Identidade nacional brasileira”, escrito em parceria com o professor István Jancsó e publicado em 2000, foi um marco na historiografia ao propor uma reabertura da discussão sobre a formação do Estado e da nação brasileiros no Oitocentos. Como a análise conceitual de Estado, Nação e Identidade Nacional foi apropriada para o entendimento desse “mosaico de diferenças” na construção da nação brasileira?

JPP: A premissa desse trabalho – cujos méritos se devem muito mais a István Jancsó do que a mim – foi a de que, no Brasil, a formação de um Estado e de uma nação só podem ser devidamente entendidas por meio de dinâmicas identitárias que conectam dois mundos distintos, mas que em começos do século XIX – e, em certas direções, também posteriormente – estavam em tensão: um mundo colonial em desagregação, e outro nacional, não propriamente em formação, mas em gestação preliminar. Essa ideia de gestação preliminar não implica adotar qualquer postura teleológica, como a tradicional e equivocada premissa de que a Independência e a ampla crise política que a envolveu estivessem motivadas por nações (a brasileira e a portuguesa) em conflito. De forma alguma. No entanto, o processo histórico lusoamericano daquela época estava criando condições de possibilidade para o surgimento não apenas de uma nova identidade coletiva, politizada e prenhe de projetos de futuro, mas também de um novo Estado e uma nova nação diferentes dos portugueses. Compreender esse processo sob tal ótica permite iluminar várias de suas outras linhas de força, todas elas, de alguma forma, impactadas pela substantiva reconfiguração de poderes e pela eclosão de novos e variados projetos de organização política daquele Brasil português que, durante séculos, havia sido, na realidade, vários “brasis”; e que ao deixar de ser português para, paulatinamente, se tornar brasileiro, estava também deixando de ser vários para se tornar – a despeito da diversidade inerente a todo e qualquer nação – um só.

Ainda que as pesquisas recentes recusem a visão, outrora bastante disseminada, da existência de movimentos com caráter nacionalista no período colonial ou mesmo um sentimento nacional que poderiam ser considerados como preparativos para as Independências na América espanhola e portuguesa, é possível vislumbrar a presença de alguns posicionamentos que poderiam manifestar o descontentamento com a metrópole e já apontavam para uma crítica no sentido do “viver em colônias”, como diria Luís dos Santos Vilbena?

JPP: O mundo colonial lusoamericano, uma vez consolidado em suas estruturas básicas, sempre apresentou uma gama de atitudes políticas com correspondência no plano das variações inerentes à identidade portuguesa. Tais identidades, por sua vez, em suas dinâmicas, sempre forneceram parâmetros de ação política no universo colonial. Essa dialética era válida não apenas para os brancos europeus ou deles descendentes, mas também para a enorme diversidade étnico-racial-cultural que constituía tal universo, seja em suas facetas de conflito ou harmonia. Até fins do século XVIII, porém, pelo que a pesquisa especializada tem nos mostrado, não se observam manifestações disruptivas dessa situação. Mas o surgimento de identidades coloniais fortemente politizadas e com caráter potencial de mudanças estruturais dessa situação – como os “filhos das Minas” ou o “povo bahiense” – não apresentou, sequer esboçou, quaisquer projetos políticos “nacionais” ou “brasileiros”. A nação brasileira, em definitivo, não estava em gestação. Essa gestação só começou a ocorrer com o auge da crise política que começou a tomar conta do Império Português a partir de 1807 – auge este que se dá entre 1820 e 1822. A gestação de uma identidade nacional brasileira, articulada à de um Estado e de uma nação igualmente não-portugueses, porém, não é advento repentino: ela, desde o início, carregou marcas de dinâmicas políticas,

inclusive identitárias, anteriores. Dinâmicas coloniais reelaboradas ao sabor de uma nova conjuntura. Com enormes diferenças de ênfases, nomes, valores e realidades próprias, o que se observa com os processos de independência da América espanhola e a criação de identidades, Estados e nações anteriormente inexistentes – que são um de seus resultados mais profundos e duradouros – grosso modo seguem o mesmo esquema geral.

Alguns dos seus estudos têm afirmado que a Independência se realizou como um “processo histórico revolucionário” naquilo que se refere às profundas mudanças “em muitas dimensões da realidade brasileira”. Como esse entendimento atualiza o conceito de revolução a partir dos acontecimentos do período e da não ruptura radical no âmbito das estruturas econômicas na formação do Estado brasileiro?

JPP: Quando enfatizamos as dimensões não apenas econômicas, mas também sociais (isto é, das estratificações sociais) da Independência, é certo que não nos deparamos com um processo fundamentalmente inovador, embora a separação política entre Brasil e Portugal tenha impactado também tais quadrantes da realidade em vários pontos. Quando observamos, porém, as dimensões políticas do processo, o quadro é outro. Envolve em profundas inovações do ponto de vista de possibilidades de organização coletiva, de projetos de poder e de rearranjos institucionais em sintonia com outras regiões do mundo à mesma época – ou um pouco antes ou um pouco depois – a Independência carregou consigo muitas e muitas elaborações em torno de futuros inovadores (e que poderíamos chamar, com o auxílio de Koselleck, de modernos); também ideias e projetos conservadores cujo conservadorismo deve ser visto como reativo, isto é, como mobilizações contrárias àquilo que seus propugnadores enxergavam como indesejáveis e quase irrefreáveis inovações políticas. Em suas ideias, vocábulos, conceitos, projetos e ações inovadoras ou conservadoras, a Independência foi, sem dúvida, uma grande força politicamente criativa e potencialmente transformadora. Por isso, a consideração de seus mais profundos e duradouros impactos, que foram a criação de condições para o surgimento de um Estado, uma nação e uma identidade nacionais brasileiros que até então não existiam, e que doravante se constituiriam nos elementos estruturais da questão nacional brasileira e de suas variações e disputas nos últimos duzentos anos, me parece suficiente para considerá-la de um ponto de vista revolucionário. Se a tal ponto de vista acrescentarmos suas profundas conexões com aquilo que todo e qualquer historiador de bom senso consideraria como movimentos políticos efetivamente revolucionários – a formação dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, a independência do Haiti, o constitucionalismo espanhol, a Revolução de Pernambuco, as independências da América espanhola, a Revolução do Porto – tal equação parece se encerrar bem. O que não significa, torno a repetir, que a Independência do Brasil não tenha sido, igualmente, marcada por aspectos conservadores.

O senhor tem afirmado que a Independência não acabou com a escravidão, mas recriou-a. Poderia explicitar melhor essa formulação? Como analisa o peso dessa instituição no processo de conformação do Estado nacional e na garantia de interesses econômicos da classe senhorial?

JPP: A escravidão colonial não se converteu, pura e simplesmente, em uma escravidão nacional, o que introduz uma ressalva séria em relação a essa explicação puramente continuísta. E seria uma distorção analítica igualmente séria equivaler as duas instituições, ignorando suas distintas lógicas internas, estruturas e inserções conjunturais nos sistemas econômicos de abrangência mundial – como todos sabemos, a escravidão colonial e a escravidão nacional jamais se limitaram à América portuguesa e ao Brasil obviamente – que lhes dão sentido e significado histórico. A rigor, a escravidão não foi mantida no Brasil da Independência, mas por ela recriada. A prova disso foi a ampla mobilização de grupos senhoriais e de traficantes de escravos que, nas possibilidades políticas abertas com o processo de Independência, temeram – com razão, face às pressões britânicas para a extinção desse comércio já desde 1808 – pela perda de seus interesses, lucros e posições sociais. A mobilização escravista da Independência, portanto, não foi apenas de ordem econômica, mas também política: foi um projeto de implementação de uma escravidão que, em um novo contexto nacional, garantisse aos seus defensores a manutenção de suas posições sociais. Mas manutenção em um novo contexto. Não por mera analogia formal, mas por lógicas históricas relativas ao mesmo processo que estamos considerando, o mesmo pode ser dito da monarquia e da territorialidade: a Independência, a rigor, não preservou tais componentes, antes recriou-os de acordo com as demandas e as possibilidades de um novo tempo, de uma nova época: uma monarquia que foi se nacionalizando, se “abrasileirando” ao longo da primeira metade do século XIX, e uma territorialidade que foi sendo construída, a duras penas, aliás, desde os primeiros momentos de existência do Império do Brasil.

Em suas análises fica evidenciada a necessidade de investigar a história do Brasil conectada a uma visão mais ampla sobre o contexto mundial de fins do século XVIII e princípios do XIX. No que essa conexão ajuda a esclarecer sobre as dinâmicas internas, singularidades, mas, também, aproximações com outras experiências do mundo Ocidental?

JPP: É interessante contrastar a atitude de muitos e muitos historiadores, não só do Brasil, mas de outros países, que ao analisarem a história de duzentos anos atrás, terminam por fragmentá-la segundo unidades territoriais que não existiam àquela época, ou que estavam apenas se esboçando. Se tal atitude pudesse fantasiosamente ser apreciada por muitos dos protagonistas dessa história, certamente ela mereceria sua mais decidida reprovção. Os homens (em menor medida, também as mulheres) que estavam observando, participando ou protagonizando processos políticos como a Independência do Brasil, tinham muita clareza de que tais processos faziam parte de um mundo maior, um mundo em transformação (embora tal transformação nem sempre fosse desejada, tampouco tomada de modo

absoluto). Ou seja, a consideração de uma ampla conjuntura revolucionária que vai de finais do século XVIII a meados do século XIX - formulada por historiadores posteriores segundo variadas expressões e modelos interpretativos, por mim inclusive – é, para todos os efeitos, uma simples questão de respeito à – se me é permitido uma deliberada redundância - historicidade da própria história a ser analisada. O que não significa, obviamente, equivalência de todos os espaços, tempos e processos envolvidos nessa conjuntura. Cada historiador que faça suas escolhas e delimitações; sem, no entanto, nelas acreditar cegamente, tampouco isolá-las das demais.

Em um texto escrito nos anos 1960, Sérgio Buarque de Holanda já alertava que a Independência e a unidade nacional não nasceram juntas e por muito tempo permaneceriam desvinculadas. A tumultuada conjuntura do pós-Independência até, pelo menos, os anos 1850 seria uma evidência do imenso desafio para selar essa unidade nacional. Em sua opinião, quando se pode evidenciar o nascimento da nação brasileira ou vê esse processo como inconcluso ainda nos dias atuais?

JPP: Essa afirmação de Sérgio Buarque de Holanda – um de nossos maiores historiadores, sem dúvida – é curiosa. Dela consta uma palavra decisiva: aspiração. Segundo ele, as aspirações de Independência e de unidade no Brasil não nasceram juntas e demandariam um bom tempo para se unirem. Discordo e concordo. Discordo que tais aspirações – ou algumas formas dessas aspirações, pois elas nunca foram monolíticas – não tenham nascido juntas. Se tomarmos independência no sentido de desvinculação política do Brasil em relação a Portugal, com a constituição de um novo corpo político soberano, podemos, sim, entender que tal aspiração se fez acompanhar de projetos de tipo nacional, embora estes, de início, não fossem completamente claros; mas seguramente, essa independência se fez acompanhar de uma ideia de um Brasil não-português. No entanto, se tomarmos independência em um outro sentido, aliás o prevalente à época, não exatamente de total separação política, mas de capacidade autônoma de tomada de decisão, então, de fato, não houve nessa aspiração independentista uma necessária aspiração de configuração de um Brasil nacional, unitário. Mas para todos os efeitos, entendo que Sérgio Buarque – um historiador muito intuitivo – “farejou” bem a questão central: não havia, no processo de independência do Brasil, qualquer garantia que dele resultaria uma unidade nacional brasileira que, torno a repetir, precisou ser, arduamente, construída após a separação de Portugal.

A despeito do avanço da historiografia sobre o tema, como explica a persistência de uma visão deturpada, simplista e equivocada sobre as origens do Brasil e a exaltação dos mesmos heróis de ontem? Como as efemérides, e nesse ano o bicentenário da Independência do Brasil, reforçam a disputa pela escrita da história e a atualização dos seus mitos de origem?

JPP: Os historiadores e historiadoras de nosso país, principalmente aqueles que se dedicam à tarefa de ensinar história, precisamos reconhecer, sempre, uma persistente limitação de nosso ofício e de nossa capacidade de, em alguma medida, qualificarmos e transformarmos a sociedade: por mais que nos

esforcemos em mostrar a pertinência do caminho oposto, ainda há uma enormidade de pessoas dispostas a acreditar que a história se faz por meio de simples e curiosos personagens, indivíduos especiais supostamente dotados de uma singular capacidade de fazerem mais pelo mundo do que os demais ao seu redor; e que essa história supostamente se produz em alguns acontecimentos igualmente especiais, “pontos fora da curva” em relação ao que vinha acontecendo antes deles. Ora, qualquer estudante de história não tarda mais do que algumas aulas introdutórias em um curso superior para entender que a história é feita por indivíduos em sociedade, e que os acontecimentos só são importantes quando integram processos. E mesmo assim, tanta gente ainda crê em “heróis” e “grandes” acontecimentos. Neste Bicentenário, o contraste é evidente: de um lado, uma multidão de pesquisadores, professores e divulgadores tentando explicar, da maneira que lhes parece mais acessível, o que foi a Independência segundo os rigores de pesquisas sérias transformadas em matéria palatável a todos; de outro, forças resilientes a tais explicações, evocando e insistindo em heróis e datas, sejam estes os de sempre, sejam alguns outros, agora surgidos apenas com novos nomes e números, mas reproduzindo as mesmas convenções de cem ou duzentos anos atrás.

A compreensão sobre um processo histórico “preenche de projetos de futuro, mas também de um novo Estado e uma nova nação diferentes das portuguesas” implicou, necessariamente, o reconhecimento de uma diversidade espacial e temporal naquilo que se refere às manifestações e experiências ocorridas nas províncias. Como os estudos desenvolvidos a partir de então, que pressupõem uma análise assentada na totalidade histórica, têm permitido iluminar a complexidade e especificidade desse processo? Podemos falar em uma descentralização dos focos de análise para além do que é produzido na região Sudeste?

JPP: A perspectiva historiográfica – na qual me formei – que enfatizou, na Independência, sua potência criadora de condições para um Estado e uma nação brasileiros, necessariamente valorizou a diversidade espacial do processo histórico, uma vez que não há arranjo de tipo nacional que não seja, simultaneamente (diríamos, dialeticamente), unidade e diversidade, arranjo e conflito, coesão e dispersão. Nos idos da década de 1990, minha "porta de entrada" ao tema foi, inclusive, um multifacetado espaço de fronteira: o Rio da Prata. Para todos os efeitos, tratou-se, nessa perspectiva historiográfica em geral, de uma revalorização de algo que historiadores e historiadoras da Independência sempre souberam, desde pelo menos Varnhagen: a separação política entre Brasil e Portugal se deu em diversos lugares, cada qual com suas próprias ofertas de determinações para o processo histórico. Claro, ao longo das décadas, esse parcial consenso analítico conheceu diversas versões, muitas das quais até mesmo incompatíveis entre si. Atualmente, a diversidade espacial da Independência conhece seu zênite historiográfico, sobretudo, pela grande pujança da pesquisa realizada não em uma, duas ou três, mas em dezenas de universidades esparramadas pelo nosso país, cujos pesquisadores e pesquisadoras possuem uma certa e positiva vocação de exploração de arquivos, agentes, instituições e temas específicos, e que

convergem naturalmente na enorme e poderosa rede de pesquisa colaborativa que, desde pelo menos os anos oitenta do século passado, caracteriza a historiografia brasileira.

Como vê a publicação de obras de divulgação histórica por não historiadores? De que maneira podem contribuir para um maior interesse dos estudos históricos por um público mais amplo, ou, ao contrário, resultam em empecilhos para o acesso ao conhecimento histórico comprometido com a verdade?

O conhecimento histórico nunca foi e nem deve ser monopólio de historiadores e historiadoras profissionais. No Brasil, porém, a divulgação histórica em geral, produzida por não profissionais, costuma ser de péssima qualidade. No tocante à Independência, talvez o panorama seja especialmente desolador. Nesse sentido, porém, se o Bicentenário mostra uma enxurrada de materiais de péssima qualidade (inclusive politicamente enviesados e abertamente mentirosos), tanto em termos de reedição de antigos conteúdos quanto de produção de novos, ele mostra também uma auspiciosa e esperançosa reação: posso estar enganado, mas acredito que jamais em nossa história tantos e tantas historiadores e historiadoras profissionais arregaçaram as mangas e procuraram oferecer, segundo os meios disponíveis a cada qual, divulgação histórica de qualidade. Divulgação a partir de teorias, métodos e pesquisas históricas, e que procuraram atingir públicos até então condenados a serem enganados pelos embustes de um mercado cultural – editorial, midiático – que, repito, sempre maltratou a história no Brasil. Ainda é cedo para avaliarmos os reais impactos dessa mobilização; mas não tenho dúvidas de que sua mera existência é algo a ser aplaudido, além de implicar um positivo caminho sem volta: daqui para frente, produzir conhecimento histórico em nosso país deverá ser, sempre e em alguma medida, divulgá-lo.

Data de aprovação: 14/07/2023
Copyright (c) 2023 politeia



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)